

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS ARQUIVOS PESSOAIS: UM OLHAR SOBRE O ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO MANDARINO HYPÓLITO

*João Marcus Figueiredo Assis
Universidade Federal do Rio de Janeiro
jmfassis@yahoo.com.br*

*Bruno Ferreira Leite
Empresa Brasil de Comunicação
brunofl.arquivo@gmail.com*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho representa parte das conclusões registradas na dissertação defendida em 2014, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquivologia (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), cujo título é “Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito”.

Dessa forma, têm-se como objetivos: (1) contextualizar nosso universo de análise e objeto de estudo, (2) destacar alguns apontamentos de autores do campo arquivístico, buscando perceber pontos de convergência e divergência entre os mesmos, a fim de evidenciarmos as complementaridades e dissensos entre pensadores que tem como base a teoria clássica da Arquivologia e outros que apresentam reflexões sobre esta primeira linha de pensamento, recorrentemente analisados como autores pós-modernos, e (3) com base no exposto, perceber as interferências e interesses de caráter individual e coletivo que circunscrevem a produção, preservação e acesso

do arquivo pessoal elencado como objeto de estudo para este trabalho. Por fim, serão apresentadas algumas considerações a respeito deste debate.

2 RECORTE DE PESQUISA E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

Como dito anteriormente, elegemos como objeto para análise o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito (18/1/1918 a 10/8/1996). Arquivo este que, após o falecimento de seu produtor, encontra-se custodiado na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde Dom Adriano foi Bispo entre os anos de 1966 e 1994.

Não é nosso foco, para os fins deste trabalho, aprofundar uma contextualização sobre o Bispo e a Diocese. A presente proposta baseia-se na discussão teórica de alguns aspectos¹ identificados em pesquisas de campo realizadas no arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Propomos aqui uma perspectiva que discuta teoricamente alguns pontos que serão levantados acerca de casos percebidos no âmbito da produção e gestão do arquivo de Dom Adriano, com base na análise de alguns documentos acumulados e mantidos pelo Bispo e nos possíveis reflexos dessa gestão no interesse de custódia e uso desse arquivo pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Tentou-se para isso eleger “atores chave” neste processo de trabalho sobre o arquivo de Dom Adriano que o leva a figurar como instrumento simbólico de manutenção de uma identidade para a Diocese de Nova Iguaçu. Elegemos, a priori, Dom Adriano e a Cúria de Nova Iguaçu como agentes que possibilitam a ponte atual que leva a imagem do Bispo a ser significativamente (re) produzida e apropriada por grupos da Diocese de Nova Iguaçu.

1 Aspectos tais como a autoconstrução da imagem de Dom Adriano através da produção e gestão de seu arquivo pessoal; este arquivo como um dos pilares ou ins

Não poderíamos deixar de citar o Sr. Antônio Lacerda, arquivista ad hoc do Arquivo da Cúria como uma pessoa fundamental para compreendermos os interesses em se manter, disponibilizar e usar o arquivo de Dom Adriano, sendo Lacerda o “facilitador” da ponte arquivo-usuário-impacto social e ao mesmo tempo o “guardião” desse arquivo.

Na busca por sustentar minimamente as afirmações subsequentes, trataremos de apresentar alguns elementos da Diocese de Nova Iguaçu e de Dom Adriano, estritamente necessários para o desenvolvimento de nossos argumentos.

A Diocese de Nova Iguaçu foi criada em 26 de março de 1960 e atualmente “[...] engloba, além de Nova Iguaçu, os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados e o distrito de Conrado, em Miguel Pereira” (CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 76).

Conforme Assis e Panisset (2006), podemos caracterizar esta Diocese, como sendo, desde meados dos anos sessenta, “[...] representante do projeto de um segmento da Igreja Católica no Brasil, denominado como ‘esquerda católica’, que busca um estreitamento de pensamentos e práticas entre religião e política” (ASSIS; PANISSET, 2006, p. 190), influenciando até mesmo o pensamento de “esquerda” de Dioceses vizinhas como a de Duque de Caxias e São João de Meriti.

Quanto a Dom Adriano, pode-se dizer que ele participou deste contexto como Bispo desta Diocese, estando, não só inserido nele, mas participando ativamente como agente de manutenção desta vertente “de esquerda” da Diocese.

Para Assis (2008, p. 96) “Dom Adriano é evocado por muitos como idealizador e efetivador de uma organização eclesial voltada para a ação sócio-transformadora com base

trumentos de manutenção da identidade “libertária” da Diocese de Nova Iguaçu; a parcialidade arquivística em tratar e retratar seu objeto de trabalho - o arquivo - no caso, o arquivo de Dom Adriano.

em ‘comunidades’ de convívio e atividades ao mesmo tempo religiosas e sócio-política”. Poderíamos, portanto, identificá-lo como adepto da Teologia da Libertação².

Dessa forma, identifica-se a relevância de Dom Adriano e de seu trabalho sócio-religioso no contexto de reivindicações pela retomada dos processos democráticos no país em pleno regime ditatorial civil-militar brasileiro, que perdurou entre 1964 e 1985, ou seja, contemplando todo o governo de Dom Adriano à frente da Cúria de Nova Iguaçu. Tomando como base essas informações iniciais, passamos a analisar a formação do Acervo do bispo.

3 ASPECTOS DA INFLUÊNCIA “CLÁSSICA” E “PÓS-MODERNA” NO CAMPO ARQUIVÍSTICO

Ponderando leituras e posicionamentos teóricos acerca de alguns atributos dos documentos arquivísticos e suas respectivas funções, poderíamos, de antemão, embasar a afirmativa de que repousa na instrumentalidade administrativa dos arquivos seu caráter imediato mais explícito da produção de documentos arquivísticos, seja no contexto de produção de um arquivo pessoal ou organizacional. Contudo, pode haver intenções implícitas na produção documental, ou seja, que comportam objetivos além dos imediatos e/ou explícitos.

Atualmente a Arquivologia vê-se em um processo de reflexão a respeito de seu arcabouço teórico e metodológico. Isso inclui a reavaliação de princípios, conceitos e percepções clássicas. Podemos ressaltar que há aspectos mais sensíveis quanto aos dissensos, tal como quanto à naturalidade da produção documental, que provoca debates, por vezes,

2 Pensamento teológico desenvolvido por representantes da Igreja Católica e Igrejas Protestantes a partir dos anos 1970, aproximadamente. Visa aproximar a Teologia Cristã de análises sociológicas a fim de se atender ao entendimento sobre os processos sociais de exclusão e o papel da Religião nesse contexto.

extremamente polarizados.

Como exemplo dessas questões que queremos trazer para o debate, tomamos o pensamento de Ana Maria de Almeida Camargo, para quem o arquivo é considerado “como resultado **natural** e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas **imediatas** do ente produtor” (CAMARGO, 2009, p. 28, grifo nosso). Camargo não identifica os documentos como a “fabricação de um relato”, como ela mesma aponta. Para Camargo (2009, p. 35) os arquivos não são desenhados a partir de determinadas práticas discursivas.

Para tentarmos compreender tais afirmações da autora, devemos atentar para sua explicação sobre outra característica tradicionalmente percebida como intrínseca à produção documental: a imparcialidade. Conforme lembra Camargo, este atributo dos documentos arquivísticos é explicado por Hillary Jenkinson (1922). Com base nesse autor, Camargo (2009, p. 35-36) ressalta que a imparcialidade, “longe de significar que os agentes imediatamente responsáveis pela elaboração dos documentos são neutros ou livres de preconceitos [...]”, é uma característica que sustenta que os documentos de arquivo não são produzidos em razão de outros interesses que não os ditados por sua estrita e imediata funcionalidade. Em outras palavras, a autora afirma que os documentos arquivísticos “[...] são sempre parciais em relação ao ente produtor, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa” (Id., 2009, p. 35-36).

Nesta mesma lógica de instrumentalidade imediata e imparcial, a autora afirma que os documentos de arquivo perderiam sua condição probatória se não estivessem baseados no conceito de imparcialidade e na finalidade imediata de sua

produção. Para esta autora

[...] supor que todo arquivo, porque pessoal, tem uma dimensão autobiográfica, eivada de distorções e conscientemente produzida, é ignorar a condição probatória que emana das atividades ménagères. O contrário é verdadeiro: se o arquivo pessoal fosse atividade finalística, empenhada na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo (CAMARGO, 2009, p. 36).

Com base no exposto acima, percebe-se, no pensamento de Camargo a produção documental como um fazer com objetivos necessariamente imediatos, de carácter natural e imparcial, nos moldes do que conseguimos trazer por meio de afirmações da própria autora. A título de categorização, podemos perceber as afirmativas acima como clássicas, ou tradicionais na produção teórica do campo arquivístico. Ressalta-se, contudo, que tais citações expressam uma pequena parte da produção de Camargo e não é o intuito aqui enquadrar a autora, pois seria redutor para a própria discussão ora pretendida. Buscamos, sim, analisar tais posicionamentos expostos por ela que, de fato, tem raízes na teoria clássica da Arquivologia.

Terry Cook, por seu turno defende outro posicionamento teórico acerca das características intrínsecas aos documentos de arquivo, apresenta sua visão sobre a dinâmica da produção documental da seguinte forma:

[...] nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. Nenhum texto é um mero subproduto, e sim um produto consciente para criar uma persona ou servir a um propósito, embora essa consciência, ou persona, ou propósito – esse contexto por trás do texto – possa ser transformado, ou perdido, em padrões inconscientes de comportamento social, em

discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação de informações (COOK, 2005, p. 139-140).

Na linha interpretativa de Cook, com relação ao objeto de análise deste trabalho, pode-se recorrer à observação já feita por Assis (2008) ao analisar Dom Adriano como um ponto de referência para a memória coletiva da Diocese de Nova Iguaçu. Esse autor percebe como relevante, no decorrer de sua pesquisa, o caráter estratégico do arquivo pessoal de Dom Adriano para a possível consolidação de sua trajetória na identidade da Diocese, bem como a relevância de seus documentos para sua administração em buscar manter, atualmente, tal identidade ligada à imagem do Bispo. Nesta perspectiva, Assis afirma que

[...] Dom Adriano talvez tenha descoberto o valor da preservação da memória como forma de manutenção da própria identidade da Diocese. Talvez tenha projetado a continuidade de sua missão nos seus recortes guardados, destinados à perenidade por meio de uma instituição de memória, o Arquivo. (ASSIS, 2008, p. 150).

Apontando uma perspectiva diferente da apresentada por Camargo e Goulart (2007) com relação aos atributos de naturalidade e imparcialidade, percebemos que Cook e Assis apresentam uma leitura da realidade e da dinâmica documental que muitos autores consideram com pós-moderna, inclusive o próprio Terry Cook.

Não nos cabe no espaço deste artigo, aprofundar as contribuições e problemáticas de cada uma dessas tradições arquivísticas. Porém, tendemos a afirmar que teorizações como as de Cook ajudam a percebermos a dinâmica documental como vinculada à dinâmica social. Os sentidos da produção de documentos se encontram visceralmente vinculados aos sentidos sociais a eles atribuídos em sua relação com os indivíduos e com as instituições. Em seu texto, Schmidt (2014) aponta

análises interessantes com as quais concordamos em vários aspectos, algumas das quais temos defendido há algum tempo em nossas pesquisas. Uma dessas ideias apontadas pela autora diz respeito à complexidade do pensamento pós-moderno, o qual não se reduz à crítica de Cook. Concordamos, por outro lado, que essa forma de pensamento que questiona verdades imutáveis, tradicionalmente apresentadas pelo pensamento científico moderno, ajuda a compreender grande parte da dinâmica e mutabilidade social contemporânea. Nesse sentido, análises como as de Terry Cook nos alertam para a necessidade de tomarmos a Arquivologia a partir da complexidade do mundo contemporâneo e seus elementos difusos.

Em vista do exposto, baseando-se na linha teórica adotada por Cook e Assis, podemos refletir sobre os caminhos traçados pelo arquivo de Dom Adriano como um objeto que instrumentalmente serviu a mais de um objetivo. Neste aspecto, além dos objetivos imediatos do Bispo ao produzir e acumular seus documentos haveria também objetivos mediatos, conscientes ou não, para, ao menos parte de seu conjunto documental, agregados à produção documental. Desta forma, atributos como naturalidade e imparcialidade não seriam, a princípio, intrínsecos à produção documental. Ainda, em continuidade com esta abordagem, podemos refletir sobre os interesses individuais e coletivos que circunscrevem a produção, preservação e acesso relativos ao arquivo pessoal de Dom Adriano.

4 O ARQUIVO PESSOAL COMO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Luciana Heymann (2005, p. 48) afirma que o arquivo pessoal é, muitas vezes, um “projeto coletivo”. Nesse caso, a autora vai além do que propomos no início deste trabalho, ou seja, com esta afirmação, além de conter implicitamente a ideia de que a produção, preservação e acesso ao arquivo pessoal se dão de forma coletiva, quer dizer, com interesses partilhados por mais de um indivíduo, a autora nos traz a afirmativa de que, além disso, o arquivo pessoal pode ser, em si, um projeto coletivo ou fazer parte de um.

Esta perspectiva levantada por Heymann pode ser melhor compreendida apresentando-se um outro trecho da produção da autora. Desta forma, para clarificar tal afirmação, Heymann (2009, p. 58) informa que perceber os arquivos como um “retrato” do titular pode ser uma “armadilha”, uma vez que o próprio produtor pode estar planejando como será retratado, bem como os futuros herdeiros da documentação podem ter participação sobre sua (des)caracterização.

Em afirmação de Barros e Amélia (2009) podemos perceber como, inclusive em arquivos pessoais, as interferências sociais se apresentam. Estas autoras analisam a relação entre arquivo e memórias, mas não focam especificamente os arquivos pessoais. Contudo, podemos usar parte da produção intelectual das autoras para refletir sobre como o arquivo de Dom Adriano pode ser percebido como uma construção coletiva. Para que fique claro, nos referimos às interferências externas ao sujeito produtor dos arquivos, as quais impelem direta ou indiretamente na produção do arquivo. Ou seja, diretamente quando falamos, por exemplo, o recebimento e acúmulo de uma carta de convocação para o serviço militar; e indiretamente quando pensamos nas diversas injunções sociais que regem

a vida em sociedade, como, por exemplo, o registro em diário sobre a experiência de servir o Exército.

Voltando às autoras, elas afirmam que

tem-se, pois, que o arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 58).

Nessa perspectiva, poderíamos dizer que os arquivos pessoais também materializam a memória coletiva que, no caso de seu titular, é aquela que ele compartilha com os demais sujeitos dos grupos dos quais faz parte, influenciando e sendo influenciado em tais meios.

Quando entrevistamos Antônio Menezes, mais conhecido como Lacerda, na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, sendo este o arquivista ad hoc da Cúria Diocesana, lhe perguntamos sobre os documentos que “melhor” representariam a forma de pensar e agir de Dom Adriano. Menezes atualmente é a única pessoa diretamente responsável pelo Arquivo Diocesano, inclusive pelo fundo arquivístico Dom Adriano Mandarino Hypólito, ou seja, o arquivo produzido pelo bispo. A resposta de Menezes pode nos trazer algumas pistas sobre as injunções sociais que se apresentam no arquivo de Dom Adriano.

Diz ele:

Bom, sobre o arquivo de Dom Adriano, os documentos que seriam, assim, mais representativos [...] da forma de pensar e agir de Dom Adriano pra mim seriam as cartas pastorais, as circulares dele, onde ele fala para o povo. É também nas correspondências dele, acho também muito interessante a correspondência, [pois]

nós temos uma riquíssima correspondência de Dom Adriano [...]. Mas acho que essas duas seriam muito interessantes e também, assim, da forma de pensar e agir eu considero os periódicos dele, criados por ele [...]. Então, assim, os diversos artigos de Dom Adriano presentes nos periódicos que ele criou, presentes no boletim Diocesano, na Folha, no Caminhando. Acho que isso aí te revela o **pensamento dele**. Ali é o Dom Adriano e ele dedicava muito tempo de sua vida a escrever, escrevia muito (MENEZES, 2014 – grifo nosso).

Uma observação antes de seguir à análise do que foi dito pelo senhor Menezes: as cartas pastorais e os periódicos (Folha e Caminhando) citados são documentos produzidos por Dom Adriano enquanto exercia a função de bispo da Diocese de Nova Iguaçu, ou seja, são documentos do arquivo desta Diocese. Já suas correspondências, enquanto pessoa física, é relevante que fique claro, são documentos de seu arquivo pessoal. Mas por que tais documentos foram citados conjuntamente por Menezes? A ligação entre todos eles é que são todos documentos produzidos e direcionados a terceiros, sejam os documentos do arquivo da Cúria (institucional) ou do próprio Dom Adriano (pessoal).

É interessante perceber que nos documentos dirigidos a outros, vide o exemplo da carta, é onde Menezes percebe com mais clareza o pensamento de Dom Adriano. Isso facilita algumas observações, pois, ao comparar este caráter representativo dos documentos pessoais de Dom Adriano aos de caráter institucional, como A Folha, o jornal litúrgico da Diocese, que teve a interferência direta do bispo na sua elaboração, percebemos que os documentos pessoais e institucionais que são produzidos para transmitir mensagens a terceiros carregam uma preocupação em sua elaboração, pois ao serem produzidos, são planejados e projetados para serem lidos por outros. Isso, de uma maneira bem clara, possibilita a reflexão sobre a construção de si por meio da produção documental, principalmente quando

olhamos para documentos como cartas e jornais.

Com relação especificamente às injunções sociais que fazem com que os arquivos pessoais sejam construídos de maneira coletiva, podemos aproveitar algumas palavras de Menezes para justificar tal afirmativa. Quando o entrevistado afirma sobre os documentos acima citados: “acho que isso aí te revela o pensamento dele”, está evidenciando que Dom Adriano ali se revelaria. Contudo, podemos fazer duas observações sobre esta afirmação, no intuito de sustentar a argumentação aqui desenvolvida.

Primeiro, pautando-nos em Gomes (1998), reproduzimos sua observação com relação aos “encantos” dos arquivos pessoais, a fim de não os tratarmos como se fossem os documentos mais espontâneos e íntimos feitos por seus titulares. Sob este “risco”, a autora argumenta que “[...] este é o grande feitiço do arquivo privado³ [...], ele revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’: aí ele se mostraria ‘de fato’, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros” (GOMES, 1998, p. 125). Cientes disso, seguimos.

Em segundo lugar, Artières resumiria a próxima observação em menos de duas linhas ao dizer: “pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social” (ARTIÈRES, 1998, p. 10). Mesmo que tal afirmação explicita as interferências externas ao sujeito na produção/construção de seu arquivo pessoal, temos, por essência da pesquisa científica, que fundamentar tal afirmação. Faremos isto, portanto, citando novamente o próprio Artières. Para ele, em consequência da injunção social que nos faz “arquivar a própria vida”,

temos assim que manter nossas vidas bem organizadas,

3 A autora encara como “arquivo privado” o que, geralmente, encaramos como “arquivo pessoal”, no campo arquivístico.

pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos, portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento “arquivarás tua vida” - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade. Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (ARTIÈRES, 1998, p. 10).

Este autor nos apresenta, com maiores detalhes, tanto uma perspectiva que percebe os arquivos pessoais como produtos de sujeitos sociais que, em consequência disso, são produzidos com interferências sociais, além do filtro, reflexão e objetivos do próprio titular do arquivo. Outro ponto destacado pelo autor é a intencionalidade que, para os fins desta pesquisa, se apresenta nos processos de produção, preservação e acesso dos arquivos, pois, como bem assinalado pelo autor, nós manipulamos nosso reflexo, para nós ou para os outros, conscientemente ou não, por meio da comunicação dos documentos de arquivo.

Mantendo este debate, e citando Artières mais uma vez, destacamos três aspectos que o autor explora com relação aos arquivos pessoais: “a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica” (ARTIÈRES, 1998, p. 11). São três aspectos, diríamos válidos de se explorar em pesquisas sobre arquivos pessoais, inclusive em pesquisas oriundas do campo arquivístico, como esta.

A injunção social, como interferência externa ao indivíduo e condição para sustentar a produção/construção dos arquivos como um processo coletivo, já foi debatida. A prática de arquivamento, também se relaciona com a questão da injunção, pois os arquivos podem servir para fins de controle, prova, rememoração ou, eles mesmos podem ser partes ou os próprios projetos de alguém ou de uma coletividade. A intenção autobiográfica, que se assemelha com a perspectiva de Gomes (1998), quando aborda a construção de si por meio dos processos pelos quais passam os arquivos pessoais, pode ser encarada como uma questão delicada. Isso porque nem sempre há uma intenção do indivíduo em se autobiografar por meio de seu arquivo para a posteridade, embora tal processo possa existir, de maneira geral ocorre de forma inconsciente, como diria a própria Gomes. Já Artières (1998) é mais incisivo em sua afirmação quanto ao aspecto autobiográfico dos arquivos pessoais, o qual deve ser relativizado, como fizemos.

Outro apontamento de Menezes que nos faz refletir com relação às intencionalidades presentes nos processos que circundam os arquivos, bem como o aspecto coletivo de sua produção, pode ser identificado quando o mesmo aponta a preocupação de Dom Adriano em preservar seu legado. Segundo Menezes,

Dom Adriano, ele tinha uma preocupação sim, [em] preservar sua memória, preservar seu legado e preservar a história da igreja que ele ajudou a construir, ele tinha essa memória. Acho que isso é bem intencional nele. Eu acho assim, já pelo fato dele criar o arquivo não foi à toa, não foi gracioso, não foi... Não foi assim. Ele criou um arquivo aqui na Cúria.

Quando Menezes fala sobre a criação do arquivo, ele se refere ao Arquivo Diocesano, setor criado na Diocese, por Dom Adriano, cedendo para tal, um andar inteiro no prédio da Cúria

Diocesana. Esse fato é ressaltado por Menezes, indicando não ser comum tal importância dada aos arquivos nas esferas diocesanas, inclusive em outras instituições nas quais trabalhamos como arquivistas, como bem sabemos.

Em entrevista feita com a senhora Sada David (2014), que à época do governo de Dom Adriano trabalhava diretamente com ele em vários projetos que a Diocese assumia, também nos respondeu sobre quais seriam os documentos mais representativos das formas de pensar e agir do bispo. Esta pergunta foi feita para Sada porque ela também trabalhou no arquivo pessoal de Dom Adriano, ajudando a organizar parte dele. Seu trabalho fica evidente quando manejamos os documentos acumulados pelo bispo a respeito de seu sequestro por agentes do governo ditatorial, ocorrido em 1976, pois Sada ajudou a organizar recortes de jornais, cartas recebidas, moções de apoio ao bispo e outros documentos relacionados ao caso. Este assunto é fartamente documentado por Dom Adriano em seu arquivo.

Respondendo, David (2014) diz: “acho que o Boletim Diocesano trazia muita coisa dele. A Folha, trazia muita coisa dele, ele tinha uma coluna dele [no A Folha]”. A resposta de Sada é quase a mesma de Menezes (2014), só deixando de fora as cartas do arquivo pessoal de Dom Adriano. Contudo, serve para reforçarmos os registros documentais arquivísticos como instrumentos de comunicação que, também por isso, são planejados pra seus fins imediatos, podendo, contudo, conter fins mediatos, como observado anteriormente.

Nesta perspectiva, Sada também nos ajuda a compreender o pensamento de Dom Adriano.

Na fala dos dois entrevistados, fica evidenciado que o bispo tinha uma preocupação com seu legado e com a missão da Igreja. Incluem-se nesta noção de legado o seu próprio arquivo

pessoal, além de seus projetos, artigos, entrevistas, ideias, etc., ou seja, “fazimentos”, como diria Heymann ao analisar o caso de Darcy Ribeiro. Podemos sustentar esta afirmação quando Sada nos diz:

[...] eu acho que Dom Adriano tinha uma preocupação com a história mesmo, sabe. Ele, eu acho que ele entendia, acho que Dom Adriano percebeu a importância da igreja, eu não digo nem a importância dele, mas a importância do papel da igreja, porque Dom Adriano foi pós Concílio Ecumênico, não é? Eu acho que o Concílio, o Concílio Ecumênico abriu a cabeça de muita gente de boa vontade, que quem não tem boa vontade não abre... (DAVID, 2014)

Tendo em vista o exposto, podemos chegar a duas afirmações.

Uma, que tal intenção do bispo, também explicitada nas falas de Menezes e Sada, pode ser vista como resposta às filiações às quais Dom Adriano mantinha, ou seja, sua filiação eclesialística junto à Igreja Católica, sua ida para governar em Nova Iguaçu, sua filiação ideológica, seu pertencimento a grupos e projetos, dentre outras, ou seja, o sujeito Adriano Hypólito, capaz de refletir sobre tais situações, é um ser social que à sociedade também “dá” algumas respostas. Em outras palavras ele influenciou e foi influenciado pelos grupos com os quais estabeleceu contato e seus documentos também expressam isso. Portanto, também são, em parte, coletivamente construídos.

Outra afirmação a que podemos chegar é a de que Dom Adriano tinha um projeto sócio-religioso, o qual também por meio de seu legado buscou preservar enquanto objeto de interferência social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visa antes abrir possibilidades de diálogos a fechar conclusões. Entendemos que os arquivos pessoais têm representado perspectivas analíticas, empíricas e conceituais novas para o campo da Arquivologia. As construções narrativas de si ou de outrem aos quais pretendemos evidenciar, afrontam ideias e proposições sedimentadas no âmbito arquivístico, como imparcialidade e naturalidade, por exemplo.

Para além de uma simples contraposição ou oposição entre tradição e pós-modernismo, ou entre caráter tecnicista ou científico, as quais, por vezes traduzem-se em debates inúteis, entendemos que a análise crítica (sofrida por vários campos de conhecimento como a História, a Antropologia, a Sociologia) pode contribuir para os avanços da Arquivologia, a qual precisa se defrontar com progressivas transformações sociais, políticas, tecnológicas na contemporaneidade.

Nesse sentido, entendemos que analisar os arquivos pessoais a partir dos critérios analíticos pós-modernos nos possibilita ampliar a discussão para além das fronteiras do olhar tradicional, mesmo que não o desconsiderando. Dessa forma, entendemos com maior clareza os aspectos de construção social presentes na produção de documentos e na organização dos arquivos. Evidentemente não desconsideramos a contribuição daqueles identificados como clássicos na área. São relevantes justamente por serem clássicos, ou seja, por terem iniciado discussões antes não apresentadas. Representam pontos de partida, evidentemente, mas devem ser ultrapassados pela ampliação do tempo e das condições sociais, acadêmicas e técnico-científicas. Essas são mutáveis justamente por atenderem a interesses localizados no espaço-tempo em que são produzidas como construções intelectuais ou técnicas.

Com os estudos sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano

Hypólito, temos aprendido que os arquivos se apresentam como relevantes campos de estudo sobre o passado, mas principalmente sobre o presente. Contribuem para a compreensão de como estamos capacitados e dispostos a entender as modulações que os indivíduos e as coletividades encontram para conduzir o olhar social sobre os destaques possíveis dentro do universo arquivístico que poderia ser selecionado para permanecer ou para desaparecer.

REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- ASSIS, J. M. F. Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu. 2008. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- _____.; PANISSET, B. T. C. Os documentos eclesiais católicos como meios para a compreensão de identidades e de memórias sociais. Arquivística.net, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 185-196, ago./ dez. 2006.
- BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. TransInformação, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./ abr. 2009.
- CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.
- _____. Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./ dez. 2009.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 129-149, jun – dez. 2005.

CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão. Rio de Janeiro, 2010.

DAVID, S. B. Sada Baroud David: depoimento [25 jan. 2014]. Entrevistador: Bruno Leite. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da UNIRIO.

GOMES, A. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HEYMANN, L. Q. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, jun./ dez. 2005.

_____. De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia)- . 2009.

JENKINSON, H. A manual of archive administration. London: Percy Lund, Humphries & Co, 1937..

MENEZES, A. Antônio Menezes: depoimento [23 jan. 2014]. Entrevistador: Bruno Leite. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da UNIRIO.

SCHMIDT, C. M. S. O clássico e o pós-moderno: algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 42-59, jan./jun. 2014.